

## **RETRATOS DO CASTELINHO NO INSTITUTO FEDERAL GOIANO - CÂMPUS URUTAÍ: LOCAL DE MEMÓRIA DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO**

SILVIA APARECIDA CAIXETA ISSA\*<sup>1</sup>  
MARIA APARECIDA ALVES SILVA\*\*

### **RESUMO**

Este trabalho, situado no âmbito da História e Historiografia da Educação, tem como objetivo evidenciar a história do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano - Câmpus Urutaí (IFGoiano - Câmpus Urutaí). Como metodologia, adotou-se a pesquisa documental, ancorada na análise das seguintes fontes: legislação escolar, fotografias, atas e entrevistas. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano - Câmpus Urutaí (IFGoiano - Câmpus Urutaí) iniciou sua história em 1918, quando o presidente da República Wenceslau Brás Pereira Gomes, por meio do Decreto Lei 13.197 de 25 de setembro, criou a Fazenda Modelo de Criação de Urutaí. No ano de 1953, a instituição foi transformada em Escola Agrícola; em 1964, em Ginásio Agrícola; no ano de 1979, em Escola Agrotécnica Federal de Urutaí. No ano de 2002, foi transformada em Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica-CEFET o qual, em 2008, se tornou o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Goiano - Câmpus Urutaí. Edificado no ano de 1920, o Castelinho possuía estilo europeu e foi o primeiro prédio da instituição. Inicialmente, funcionou como residência oficial do diretor da fazenda. Nos dias atuais, representa o testemunho vivo de toda a história da instituição. O suporte teórico que subsidia a pesquisa é Nora (1993), Escolano e Viñao Frago (1998), Campos (1997).

**Palavras-chave:** História, Memória, Instituição de Ensino.

### **INTRODUÇÃO**

A Fazenda Modelo de Criação, desde a implementação, foi subsidiada por recursos federais<sup>2</sup>. Para sua implantação, foi necessário construir, além de curral, estábulo, troncos, pastos e cercas, edificações para os funcionários que lá fossem trabalhar. A residência do diretor foi construída em estilo espanhol e, devido à sua arquitetura moderna, recebeu o nome de Castelinho.

---

\* Acadêmica do Doutorado, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia.

\*\* Acadêmica do Doutorado, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia.

<sup>2</sup> O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil atendeu à conveniência de se estabelecer uma Fazenda Modelo de Criação, no Estado de Goyaz, a fim de proporcionar aos criadores ali existentes, não só o ensino prático necessário ao melhoramento do gado pelos modernos processos de zootecnia, mas ainda um centro capaz de fornecer reprodutores de raça selecionados e apropriados às diversas regiões do Estado (BRASIL. DECRETO-LEI Nº. 13.197, DE 25 DE SETEMBRO DE 1918)

O Castelinho possui, na entrada, uma escada imponente, sala ampla, três quartos com portas voltadas para a sala. Ao adentrar ao prédio, observa-se um corredor com um quarto à direita e outro à esquerda e, no final deste, uma salinha de estar. Após esta pequena sala, há uma escada e a cozinha e, atrás da cozinha, existe uma área com uma charrete. As janelas são imponentes, as paredes emolduradas. Há, também, um porão ao qual não se tem acesso. A entrada lateral reserva o local para apreciação da paisagem natural da instituição.

Os construtores foram os irmãos Garcia, espanhóis que chegaram ao Brasil por meio do Porto de Santos e que se dirigiram para Urutaí de trem. A construção possuía uma arquitetura contemporânea que representava a modernidade da Fazenda.

As fotografias do Castelinho retratam as transformações do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano - Câmpus Urutaí (IFGoiano - Câmpus Urutaí) ao longo de quase cem anos. Para tanto, este texto tem o propósito de utilizar dessas fotografias como forma de registrar as transformações ocorridas no IFGoiano - Câmpus Urutaí no período de 1918 a 2008.

O uso de fotografia como fonte histórica é de suma importância, pois:

A fotografia revela os aspectos fisionômicos, mundos de imagens habitando as coisas mais minúsculas, suficientemente ocultas e significativas para encontrarem um refúgio nos sonhos diurnos, e que agora tornando-se grandes e formidáveis, mostram que a diferença entre a técnica e a magia é uma variável totalmente histórica (BENJAMIM, 1985, p.95).

Assim, a utilização da fotografia, como fonte, provém da escola dos *Analles* (1929) na qual seus fundadores Marc Bloch e L Febvre convocavam os historiadores para uma nova perspectiva de análise documental que permitisse desvendar a história. Segundo os autores, todos os vestígios do passado são fontes que podem ser exploradas pelo historiador. No entanto, a fotografia é um exemplo desses sinais históricos.

Desse modo, as fotografias do Castelinho, como fontes de estudo e pesquisa, serão analisadas em conformidade com o panorama, social, cultural, econômico da Instituição. Nesse sentido “a imagem fotográfica seria tomada com índice de uma época, revelando, com riqueza de detalhes, aspectos da arquitetura, indumentária [...] Uma leitura que ultrapasse a avaliação da fotografia como mera ilustração” (CARDOSO, 1997, p.406).

Além das fotografias, fazem parte do arcabouço documental desta pesquisa, a legislação escolar, os livros de ata e as entrevistas realizadas com pessoas que participaram da história e memória do Castelinho. Para tanto, faz-se mister destacar que os documentos serão considerados como fontes de expressão da materialidade da instituição escolar investigada, ou seja, como monumentos, dentro de sua razão de existência histórica e social. Nessa perspectiva, uma interpretação cautelosa será realizada, pois “[...] o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder” (LE GOFF, 2003, p. 536).

O Castelinho é o local onde os alunos que ali estão e que ali passaram tem como referencial de toda a história da instituição. Todos os prédios que formam o IFGoiano - Câmpus Urutaí passaram por reformas, mudanças estruturais, porém o Castelinho mantém seu estilo original. Ele é o local onde a memória institucional se cristaliza, pois, como afirma Pierre Nora:

A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular da nossa história. Momento de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar o problema de sua encarnação. O sentimento de continuidade torna-se residual aos locais. Há locais de memória porque não há mais meios de memória (NORA, 1993, p.7).

O Castelinho é considerado um local onde a história se ancora na memória das pessoas que ali passaram. Ao retornar à instituição, tudo está diferente: novos prédios, novos cursos, novos funcionários, mas o Castelinho continua igual, posto que configura lugar que possibilita relembrar de um tempo vivido por diferentes gerações.

O Castelinho foi o primeiro prédio da instituição, um projeto que teve espanhóis como mestres de obra e representou uma arquitetura moderna, para os padrões de construção do estado de Goiás no período. Os idealizadores da Fazenda objetivaram mostrar que a Fazenda tinha o propósito de promover o desenvolvimento na região e o prédio representava a modernidade.

Nos dias atuais, o prédio do Castelinho foi escolhido para abrigar a história da instituição e a memória agropastoril. Em seu arquivo, são encontradas fotografias das diferentes fases da instituição e ferramentas que foram utilizadas, pelo homem, na lavoura em

diferentes períodos. Esses utensílios representam a história do desenvolvimento da agropecuária em Goiás. O Castelinho funciona, então, como um local de memória, ou seja, como um lugar criado para “acumular vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, testemunhos visíveis do que foi” (NORA, 1993, p. 15).

### A Fazenda Modelo de Criação



**Figura 01:** Vista do Castelinho

**Fonte:** Arquivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano - Câmpus Urutaí.

Pelo Decreto n.13.197, de 25 de setembro de 1918, criou-se a Fazenda Modelo de Criação de Urutaí. Na época, Urutaí era distrito do município de Ipameri. Na cidade, localizavam-se as maiores fazendas de gado de Goiás.

A pecuária foi, durante o século XIX, a principal atividade econômica goiana, mas enfrentava problemas referentes ao transporte. A estrada de ferro, que chegou à região nos anos de 1920 e ligava o sudeste de Goiás à região Sudeste do Brasil, proporcionou o crescimento da pecuária goiana, pois o gado poderia ser transportado pela ferrovia. Nessa via:

A possibilidade de ligação, agora com o Centro-Sul, vai surgir com a ferrovia. Contudo, somente no início da segunda década deste século é que os primeiros quilômetros de trilho chegam a Goiás: Em 1911, foi inaugurado o primeiro trecho:

Araguari- Engenheiro Behout. Nos seguintes vinte anos, a estrada foi penetrando lentamente pelo sul de Goiás: Goiandira (1913), Ipameri (1913), Vianópolis (1924), Bonfim (hoje Silvânia, 1930), Leopoldo de Bulhões (1913), 287 quilômetros ao todo [...] As estradas de rodagem, quando havia, eram de precária situação e, no mais das vezes, cabia a particulares construí-las e explorá-las, já que o poder público não dispunha de recursos para tal (CAMPOS, 1997, p.41).

As cidades como: Catalão, Ipameri, Pires do Rio, por onde a estrada de ferro chegou foram beneficiadas, pois a estrada favoreceu a comercialização de produtos entre as cidades do Sudeste do Brasil. Os fazendeiros produziam e vinham até as cidades para vender seus produtos e comprar produtos industrializados, em especial sal e querosene. Nessas cidades, foram instaladas casas comerciais que revendiam mercadorias importadas de São Paulo.

O desenvolvimento econômico do Sudeste Goiano possibilitou, então, a inserção da Fazenda Modelo de Criação em Urutaí. As grandes fazendas de gado e o acesso facilitado pela ferrovia justificaram a escolha de Urutaí para implantação da Fazenda Modelo de Criação. O decreto foi aprovado em 1918 e, em 1920, iniciou-se a construção.

Em presença de avultado número de senhoras e cavalheiros abaixo assignados, teve lugar a solenidade às quatorze horas do dia 29 de agosto de 1920, presidida pelo Exmo Senhor Doutor Rodolpho Luz Vieira, juiz de Direito da comarca de Ipameri a que pertence este Districto (LIVRO DE ATA, 1920, fl.1).

A instituição não possuía construções em seus arredores, apenas árvores, cercas e animais selvagens e de criação, como lembra Aparecida Limongi, filha do diretor da Fazenda Raul Germano de Souza:

No centro desta havia um grande piquete gramado onde os cavalos de raça se exercitavam, mais abaixo o estábulo com baias para os cavalos e armazenagem de forragens, currais, balança para pesar o gado, chiqueiros para porcos de raça, cobras que papai em convênio com o Instituto Butantã enviava em caixas de madeira que o Instituto fornecia vacinas, lobos uivando à noite, vários animais como raposas, jaratatacas (espécie de gambás bem grandes), pássaros de todas as espécies. (APARECIDA LIMONGI, 2015).

Aparecida viveu na Fazenda já nos anos de 1940. No entanto, apesar da estrutura montada vinte anos antes, ainda convivia com os animais pertencentes à fauna da região e enfrentava certas dificuldades com as cobras. Ela relata, também, sobre o pomar que ficava do lado esquerdo do Castelinho no qual havia mangueiras, cajueiros, laranjeiras e um cemitério

de índios. O quintal com frutas é típico de Goiás. Nas fazendas, sempre tem um quintal com laranjeiras, bananeiras, mangueiras, entre outras espécies, em volta da casa.

### A Escola Agrícola de Urutaí



**Figura 02:** Entrada do Castelinho

**Fonte:** Anexo do Relatório de 1958 – Arquivo do IFGoiano - Câmpus Urutaí.

O Projeto de Lei n. 1.416/1951, elaborado pelo deputado Benedito Vaz, solicita a transformação da Fazenda em uma escola agrícola. A Lei n. 1923, de 28 de julho de 1953, institucionaliza a Escola Agrícola de Urutaí (EAU).

No arquivo do IFGoiano - Câmpus Urutaí, existem três relatórios, realizados nos anos (1957, 1958, 1960). Neles é possível perceber que a instituição desenvolveu cultura escolar agrícola, posto que “Nos três relatórios estão registrados alunos, professores, diretores, e funcionários técnicos administrativos que colaboraram para a construção da EAU. A propósito daqueles que protagonizaram a história de uma instituição, esses sujeitos compõem a cultura agrícola da EAU” (ISSA, p. 74, 2014).

A instituição teve como suporte legal o Decreto-Lei n. 9.163/1946, que instituiu a Lei Orgânica sobre o Ensino Agrícola, e o Decreto n. 21.667/1946, que regulamentou os cursos de Iniciação Agrícola e Mestria Agrícola.

A instituição, nesse período, ofereceu o curso de Iniciação Agrícola e Arador Tratorista. O curso de Mestria Agrícola teve início na instituição quando a EAU passa a ser denominada Ginásio Agrícola de Urutaí.

O curso correspondia às duas primeiras séries do curso ginásial. Os alunos, para cursarem Iniciação Agrícola, precisavam ter, no mínimo, 12 anos de idade completos e serem menor de 17 anos para ficarem no regime de internato. Os maiores de idade poderiam estudar no regime de semi-internato ou externato. A instituição ofereceu o curso prático de Arador Tratorista, que habilitava jovens e adultos a operar máquinas agrícolas. O curso foi oferecido nos anos de 1962 e 1963. Nesse período, Goiás necessitava de profissionais que soubessem operar máquinas agrícolas, em especial tratores. Segundo Borges (2000, p.98), “o estado contava em 1950, com apenas 86 tratores. Em 1960, este número havia se elevado para 1.349” e, para operar essas máquinas, era necessária formação de mão de obra capacitada.

A fotografia de 1958 retrata os primeiros alunos da instituição, pois a primeira turma iniciou seus estudos em 1957, mas nesse ano não foi possível registrar as fotografias no relatório que a instituição realizava anualmente para enviar a Superintendência de Ensino Agrícola e Veterinário (SEAV), pois o fotógrafo não entregou as fotos em tempo hábil, conforme relata o secretário da instituição Teodomiro Pereira da Silva “As fotografias em número de 20, focalizando aspectos sobre atividades desta Escola não acompanha, no momento o presente Relatório por inadvertência do fotógrafo.” (Relatório de 1958 – Arquivo do IFGoiano - Campus Urutaí, 1957, p.21.).

A fotografia registra os alunos dispostos na nobre calçada de entrada do Castelinho, todos uniformizados com calça e camisa social, o que revela a importância que EAU dava à higiene, à organização e à disciplina dos discentes que ali estavam em busca uma formação agrícola.

### **Ginásio Agrícola de Urutaí**



**Figura 03:** Vista do Castelinho nos anos de 1970  
**Fonte:** Acervo particular do ex-aluno Anicélio Guimarães.

A aprovação da Lei n. 4.024, de 1961, possibilitou a instituição oferecer as quatro séries do curso ginásial. O Decreto n. 53.558 transformou a EAU em Ginásio Agrícola de Urutaí (GAU). Diante disso, a instituição passou a oferecer o curso Ginásial Agrícola, e o aluno, ao concluir seus estudos, era certificado com o curso de Mestre Agrícola.

A instituição, mesmo como GAU, continuava sob a supervisão Superintendência de Ensino Agrícola e Veterinário (SEAV), Ministério da Agricultura. O ensino agrícola esteve subordinado a esse Ministério até 1967. O Decreto n. 60.731, de 19 de maio de 1967, transferiu a SEAV do Ministério da Agricultura para o Ministério da Educação e Cultura, com a denominação de Diretoria do Ensino Agrícola (DEA). De acordo com o Art.1:

Os órgãos de ensino vinculados ou subordinados ao Ministério da Agricultura ficam transferidos para o Ministério da Educação e Cultura, nos termos do art.6 da lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1967 combinado com o art.154 do Decreto Lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1967 (BRASIL, 1967).

No Ministério da educação e Cultura, o órgão responsável pelas instituições de ensino agrícola, o DEA passa a ter a competência de coordenar, dirigir, orientar e fiscalizar o ensino da agricultura e indústrias rurais nos seus diferentes graus e especialidade.

A GAU funcionou até 1968, quando Júlio Brandão de Albuquerque, diretor do Ginásio Agrícola de Urutaí, foi convidado para dirigir o Ginásio Agrícola de Rio Verde. O diretor foi transferido para Rio Verde e o curso ginásial em Urutaí foi fechado. Alguns alunos foram para Rio Verde, outros para Uberlândia, e muitos abandonaram o curso, pois essas cidades ficavam distantes e os alunos não tiveram condições para realizar a transferência.

Em Urutaí, nos anos de 1968 e 1969, funcionaram apenas cursos de formação rápida com a denominação de Centro de Formação de Mão de Obra Qualificada em Pecuária (CEMOP). A instituição passou a oferecer o curso de Qualificação em Mão de Obra Rural, voltado às necessidades de um mercado em expansão. No ano de 1970, por determinação do MEC, a instituição voltou a oferecer o curso de Ginásio Agrícola o qual funcionou até o ano de 1978, porém, nesse período, a instituição passou por problemas administrativos, ao ponto de se cogitar o seu fechamento, como relata o ex-diretor:



Em Janeiro de 1975, por Goiás, Dr. Roberto Kafuri, apresentei-me ao Diretor Geral do DEM (Departamento do Ensino Médio do MEC), Coronel Sérgio Pasquali. O Coronel foi muito breve e perguntou-me se eu “toparia” dirigir um Ginásio Agrícola perto de Goiânia, em Urutaí. Disse-me que em apenas um ano (1974), já haviam dirigido o Ginásio, 04 Diretores, mas que não deram certo. Disse-me que o Ginásio era problemático, com muito desvio de materiais e mesmo de gado, que a maioria dos servidores eram parentes, etc. Perguntou-me então se eu queria enfrentar o desafio. Respondi que enfrentaria, desde que tivesse apoio do MEC. O Cel. disse que eu teria todo apoio, que poderia exonerar pessoas, enfim que eu poderia agir como quisesse, para colocar a Instituição nos devidos trilhos (FRANCISCO ALDIVINO GONÇALVES, jun./2015).

O diretor responsável pela organização da instituição chegou com a missão de “moralizar” administrativamente o estabelecimento. E conseguiu. Teve, segundo ele, o apoio do Ministério da Educação (MEC), tanto na parte administrativa quanto na financeira, pois em sua gestão foram realizadas as seguintes construções: alojamento para alunos, salas de aulas e Unidades de Produção (UEPs).

Francisco se mudou com a família para Urutaí e foi morar no Castelinho, local que, segundo as pessoas que ali já estavam, era mal assombrado. No entanto, ele logo resolveu o problema:

Diziam que o Castelinho era mal assombrado, já que possui porão. Logo que me mudei para lá, notei muito barulho no porão e notei que não era nenhuma assombração e sim a movimentação dos ratos. Mandeí fazer uma desratização e os barulhos cessaram, caindo por terra a fama de assombrações no Castelinho (FRANCISCO ALDIVINO GONÇALVES, jun./2015).

O porão se constitui de um espaço vago abaixo do assoalho. Nas construções com esse piso, é necessário ter essa área livre na parte inferior para evitar deformação das tábuas. O diretor chegou com uma missão: organizar a instituição que passava por dificuldade administrativa. Francisco Aldivino Gonçalves organizou o Ginásio que em 1979 foi transformado em Escola Agrotécnica Federal de Urutaí.

### **Escola Agrotécnica Federal de Urutaí - EAFUR**



**Figura 04:** Castelinho nos anos de 1980

**Fonte:** Arquivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano - Câmpus Urutaí.

Na foto, estão os funcionários da EAFUR. Funcionários estes que foram alunos do Ginásio Agrícola de Urutaí. O quadro de funcionários da instituição, ao longo de sua história, foi se compondo por ex-alunos, isto porque eles se adaptavam e ficavam na instituição e também, porque não havia profissionais habilitados para atuarem na instituição. Alguns alunos terminavam o curso e eram convidados para estudarem na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) com objetivo de voltar para instituição e atuar como docente, conforme demonstra o depoimento do ex-diretor do GAU:

Alguns resolveram continuar seus estudos na área da agropecuária, como por exemplo, iam para a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e cursavam o chamado “Esquema II”, durante 04 anos e voltavam aptos a lecionar em Escolas Agrotécnicas (FRANCISCO ALDIVINO GONÇALVES, jun./2015).

A Lei nº 5.692/71, torna o 2º grau um ensino profissional de forma generalizada e compulsória e a instituição já possuía toda a estrutura física para oferecer esta modalidade de ensino na área de agropecuária. Então a instituição passa a oferecer o ensino a nível de 2º grau e implanta o curso Técnico de Agropecuária.

Por meio do Decreto n.º 83.935, de 4 de setembro de 1979, o GAU passa a ser denominado Escola Agrotécnica Federal de Urutaí, porém, no ano anterior, 1978, já haviam ocorrido a matrícula da primeira turma do curso Técnico em Agropecuária. Neste ano, ainda havia uma turma do 4º ano do curso Ginásial e só em 1979 o curso Ginásial Agrícola não foi mais oferecido pela instituição. No ano de 1980, formou-se a primeira turma do curso Técnico em Agropecuária.

Nesse período, o país era governado pela ditadura militar. As escolas agrotécnicas federais eram coordenadas pela Coordenação Nacional do Ensino Agrícola (COAGRI), que implantou o Sistema Escola Fazenda. Esse sistema tinha como princípio norteador “aprender a fazer e fazer para aprender” (CENAFOR, 1975, p.1). Para operacionalizar a teoria e prática, articulavam-se as quatro grandes áreas do sistema: salas de aula, Laboratórios de Práticas de Produção (LPP), Programa Agrícola Orientado (PAO) e Cooperativa Escola (COO). Essa estrutura foi modificada, posteriormente, com a união de LPP e PAI, surgindo as Unidades Educativas de Produção (UEPs).

Os alunos precisavam ser preparados para atender às exigências de uma agropecuária em crescente desenvolvimento. Para tanto, era necessário empregar novas tecnologias e novas técnicas de produção, uma vez que o discente carecia de aprender sobre o princípio do sistema Escola Fazenda.

A instituição ofereceu o curso Técnico em Agropecuária nesse formato até os anos de 1990. Com a promulgação do Decreto nº 2.208/1997, houve uma reformulação e o curso Técnico em Agropecuária foi desdobrado, com habilitações em: agricultura, agroindústria, infraestrutura rural e zootecnia. Esses cursos foram oferecidos, mas a instituição decidiu manter o Curso Técnico em Agropecuária. A Portaria do MEC nº 646/97 não permite o curso técnico integrado ao médio e a instituição passa a oferecer cursos técnicos pós-médio em Agricultura e Zootecnia. Os currículos foram re(construídos), tendo com eixo a noção de competência.

A EAFUR ofereceu apenas cursos direcionados para a área agropecuária até 1994. Em 1995, teve início um curso técnico na área de informática: Curso Técnico em Processamento de Dados. O curso, ofertado no período noturno, era um integrado ao ensino médio e possuía a duração de quatro anos.

Esse período foi o mais longo vivido pela instituição de ensino e, nesses vinte e quatro anos, o Castelinho se manteve firme, testemunhando todos os diferentes formatos e configurações vividos por esta instituição de ensino.

No ano de 1999, foi implantado o primeiro curso de graduação: o curso Superior de Tecnologia em Irrigação e Drenagem. Fato que contribuiu para transformação da EAFUR em Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica (CEFET).

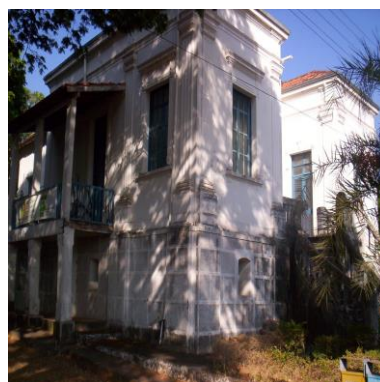
## **Centro Federal de Educação Tecnológica de Urutaí – CEFET URUTAÍ**

Com implantação do Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET- Urutaí), novos cursos superiores foram instituídos, como: Curso Superior de Tecnologias em Análises e Desenvolvimento de Sistemas, Tecnólogo em Alimentos, Tecnólogo em Gestão Ambiental, Tecnólogo da Gestão da Tecnologia da Informação.

Em 28 de maio de 2003, o Jornal Diário da Manhã publicou uma reportagem intitulada *Castelo da memória pastoril*, na qual o jornalista Adalto Alves explicou que o museu foi criado pelo ex-diretor da instituição, José de Oliveira Campos, com o objetivo de preservar a memória da evolução tecnológica agropastoril.

O Decreto n.º 5.154/2004 possibilitou a integração entre ensino médio e profissional. Diante desse decreto, sob a direção do Senhor José Donizete Borges, iniciaram-se as discussões para elaboração de um novo projeto do curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio. O curso iniciou no ano de 2008, porém a instituição continuou a oferecer cursos técnicos na modalidade concomitante e subsequente. O integrado para os adolescentes que acabaram de concluir o ensino fundamental e os cursos concomitantes e subsequente para jovens que estavam cursando o ensino médio em outra instituição de ensino ou que já o haviam concluído e buscavam um curso técnico para ter habilitação profissional.

## **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano - Câmpus Urutaí**



**Figura 06:** Castelinho nos dias atuais  
**Fonte:** Foto de maio de 2015.

A Lei 11.892/2008 cria os Institutos Federais. O CEFET - Urutaí passa a ser Instituto Federal de Ciência e Tecnologia Goiano – Câmpus Urutaí. A instituição, que possuía independência administrativa, e agora como IFGoiano - Câmpus Urutaí, continua a ser dirigida por um Diretor Geral, o Professor Doutor Gilson Dourado da Silva, porém nesse novo contexto, a instituição deve manter um relacionamento com as outras instituições que compõem o IFGoiano.

Os projetos dos cursos, que antes eram elaborados por cada instituição de ensino de acordo com a realidade de cada região, passaram a ser elaborados, em parceria, o que ocasionou conflitos, pois cada instituição possuía suas especificidades, devido ao local onde estavam inseridas, como afirma Viñao (1998, p.65) “A noção de lugar, a localização num espaço determinado configurado para tal fim, já é, nessa definição de meados do século XIII, um dos elementos mais característicos da instituição escolar”.

Os institutos foram criados para atuar na formação básica, técnica, formação de professores para educação básica nas áreas de ciências e matemática, bacharéis e tecnólogos. As vagas da instituição deveriam obedecer à determinação de 50% das vagas para educação profissional técnica de nível médio, 20% para licenciaturas e 30% para cursos de bacharéis e tecnólogos. Diante de tais exigências, na instituição foram elaborados e aprovados os cursos de Licenciatura em: Matemática (2009), Biologia (2010), Química (2011); o curso de bacharel em Agronomia (2008), Engenharia Agrícola (2010) e Veterinária(2013); o curso técnico integrado ao médio de Informática (2009), Administração(2011); os cursos superiores tecnológicos continuaram os mesmos que foram implantados enquanto CEFET.

A instituição continua sua expansão. Está em construção o Centro de Formação de Cães Guia, com estrutura para produzir e treinar os cães, centro para receber e hospedar os deficientes visuais até sua adaptação com o cachorro. No Brasil, este projeto está em processo de implantação em sete instituições.

Nessa via, o Castelinho o Castelinho faz parte da memória coletiva daqueles que estiveram e estão na instituição, por “atuar” e fazer parte de todas as transformações passadas ao longo de quase um século de história.

A despeito disso, registram-se a implacável ação do tempo e a necessidade de que o Castelinho seja restaurado. O telhado está danificado e a água da chuva se acumula e

contribui para estragar a estrutura do teto, das paredes e do assoalho. Devido a esses problemas estruturais, o espaço não pode mais ser aberto à visitação pública.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O Castelinho é um testemunho vivo de toda a história do local onde as pessoas, volta no tempo, do tempo vivido no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano - Câmpus Urutaí (IFGoiano-Câmpus Urutaí). A construção mantém o traçado arquitetônico com que foi criado, as mangueiras plantadas na época da Fazenda estão até hoje e se frutificam.

Desde os anos 2000, a construção é utilizada para abrigar peças que pertencem à história do desenvolvimento da agropecuária no Brasil, como tratores, ferramentas, balanças, livros do início do século XX que foram utilizados para orientar e formar pessoas para atuarem na área agrícola.

O prédio abriga, também, fotografias da instituição em suas diferentes fases, o que possibilita aos visitantes conhecerem a história da agropecuária e da instituição de ensino, instituição esta que formou mão de obra para Goiás e para o Brasil por um longo período.

É necessário restaurar, preservar e possibilitar que as futuras gerações possam conhecer o princípio de uma instituição que foi e é referência na educação profissional.

## **REFERÊNCIAS**

BENJAMIN, W. Pequena história da fotografia. In: BENJAMIN, W. **Obras Escolhidas: magia e técnica, arte e política**. Vol. I. São Paulo: Brasiliense, 1985, p.95-107.

BRASIL. **Decreto-lei nº. 13.197**, de 25 de setembro de 1918. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diários/1935258/dou-secao1/27-09-1918-pg1>>. Acesso em: 08 jun.105

\_\_\_\_\_. **Decreto Lei nº 5.154 de 23 de julho de 2004**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm)>. Acesso em: 8 jun.2015.

\_\_\_\_\_. **Decreto Lei nº 60.731, de 19 de Maio de 1967**. Disponível em: [www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-60731-19-maio-1967-401466-publicacaooriginal-1-pe.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-60731-19-maio-1967-401466-publicacaooriginal-1-pe.html)

]

\_\_\_\_\_. **Decreto Lei nº 83.935 de 4 de setembro de 1979.** Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-83935-4-setembro-1979-433451-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 8 jun.2015.

\_\_\_\_\_. Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. **Lex:** Diário Oficial da União. Brasília-DF: 27 dez. 1961. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-norma-pl.html>> Acesso em: 11 fev. 2014.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 2.208 de 17 de abril de 1997.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D2208.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm)>. Acesso em: 8 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5692.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm)>. Acesso em 8 jun.2015.

\_\_\_\_\_. Lei nº. 1.923, de 28 de julho de 1953. **Lex:** Diário Oficial da União. Rio de Janeiro: 31 jul. 1951. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1923-28-julho-1953-367061-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em: 08 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Lex:** Diário Oficial da União. Brasília-DF: 30 dez. 2008. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm)> Acesso em: 08 jun. 2015.

CARDOSO, C.F e MAUAD, A.M. História e imagens: os exemplos da fotografia e do cinema. In: CARDOSO, C.F e VAINFAS, R. (orgs). **Domínios da História:** ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p.401-418.

CENAFOR. Divisão de Pesquisa e Desenvolvimento. **Escolas de 2º grau da área primária no Brasil:** um estudo quantitativo: estabelecimento. São Paulo: 1975. (Relatório DPD-1975, v.1). Projeto n. 01/808/003/74, convênio, Cenafor/Inep.

ISSA, Silvia Aparecida Caixeta. **A Escola Agrícola de Urutaí (1953-1963):** singularidades da cultura escolar agrícola. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) apresentada junto a Universidade Federal de Goiás - Câmpus Catalão.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In. LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Trad. Bernardo Leitão [ET AL.]. – 5 ed. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

NORA, Pierre. Entre memória e história - a problemática dos lugares. **Projeto História.** São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

\_\_\_\_\_. **Entre Memória e História** – a problemática dos lugares. Projeto História. São Paulo: n.10, p. 7-28,1993. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria10.pdf>>. Acesso em: 01 jun. de 2015.

VIÑAO FRAGO, Antônio. Do espaço escolar e da escola como lugar: propostas e questões. In: VIÑAO FRAGO, Antônio & ESCOLANO, Augustin. **Currículo, Espaço e Subjetividade**: arquitetura como programa. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.